

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.169 - SE (2019/0355142-8)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
RECORRENTE : PAULO ROBERTO SOBRAL SOUSA
ADVOGADO : ANA LEONOR FERREIRA FIGUEIREDO - SE001566
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por PAULO ROBERTO SOBRAL SOUSA em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SERGIPE, assim ementado (fl. 84):

PACIENTE HABEAS CORPUS – DENUNCIADO PELA PRÁTICA DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA MAJORADA EM CONTINUIDADE DELITIVA (ART. 168, § 1º, III, C/C ART. 71 DO CP). PLEITO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL POR TESE DE AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – ATIPICIDADE DA CONDUTA NÃO – ACOLHIMENTO – INCONTROVERSA RETENÇÃO DE VALORES DEVIDOS À VÍTIMA – DENÚNCIA QUE PREENCHE OS REQUISITOS LEGAIS – ALEGADA AUSÊNCIA DE DOLO – IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE – VIA ESTREITA QUE NÃO ADMITE DILAÇÃO PROBATÓRIA.

AUSÊNCIA DE OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA INTRANSCENDÊNCIA E DA INTERVENÇÃO MÍNIMA.

CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO –MANUTENÇÃO DA DECISÃO QUE INDEFERIU A LIMINAR – ORDEM DENEGADA – DECISÃO UNÂNIME.

Consta dos autos que o recorrente foi denunciado pela prática do delito do art. 168, § 1º, III, c/c o art. 71, ambos do Código Penal, tendo o Juízo da causa recebido a peça inicial.

Irresignada, a defesa impetrou *mandamus* na origem, tendo o Tribunal local denegado a ordem.

Daí o presente recurso, que sustenta, em síntese, que a denúncia ofertada contra o recorrente não deveria ter sido recebida pelo Juízo de piso, uma vez que a ação penal em referência carece de justa causa, na medida em que não restou demonstrado o dolo na sua conduta, daí resultando a atipicidade.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para determinar o trancamento da Ação Penal nº 201920100320, em razão da ausência de justa causa para o seu prosseguimento.

É o relatório.

DECIDO.

Superior Tribunal de Justiça

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, onde a pretensão de trancamento da ação penal, em razão da atipicidade da conduta é claramente satisfativa, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator